



No dia 9 de abril, quando o município de Capão da Canoa comemora seu segundo aniversário de emancipação, será realizada a instalação da delegacia regional e das delegacias municipais de Capão da Canoa, do Comitê Pró-legalização dos Cassinos no Brasil. A

decisão ocorreu no último fim de semana, em reunião realizada na Prefeitura de Capão da Canoa, quando os representantes da entidade resolveram adiar o ato, devido à ausência do presidente nacional do Comitê, Ciro Batelli, que se encontra nos Estados Unidos

estudando a operacionalidade desses estabelecimentos. A luta pela legalização dos jogos de roleta tem crescido nos últimos meses em todo o País e o projeto que propõe a mudança da Constituição no que se refere à proibição do jogo está quase pronto. Durante o mês de março ele

será encaminhado aos deputados e senadores para colher as assinaturas necessárias, entrando logo em seguida nas comissões do Congresso Nacional. Durante o mês de abril ele será enviado ao ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna. Até lá o comitê pretende conquistar adesões em todos os Estados.

A Lei proíbe, mas os cassinos ainda funcionam

Por JUAREZ TOSI
Editoria Local/ZH

"A roleta nunca deixou de girar no País", afirmou o presidente do Comitê Nacional Pró-legalização dos Cassinos no Brasil, Ciro Batelli, em setembro do ano passado, ao participar de uma reunião da Associação dos Municípios de Turismo Serra e Mar, em Tramandai. Segundo ele, apesar dos cassinos estarem proibidos desde 1946, quando o presidente da República Eurico Gaspar Dutra desempregou cerca de 40 mil pessoas ao assinar o Decreto número 9.215, o jogo sempre foi praticado. "Hoje", acrescentou, "vemos até em programas de televisão roletas girando.

Atualmente, temos em nosso país, 52 cassinos clandestinos operando diuturnamente, principalmente em Minas Gerais, no norte e nordeste do País. Um Secretário de Segurança Pública do Nordeste, que também é general do Exército, diante do meu espanto sobre a tolerância e permissividade do jogo, disse

que em seu Estado há mais de 20 mil pessoas diretamente ligadas a essas atividades".

Por isso, a grande preocupação dos membros do comitê é legalizar uma situação que já existe e canalizar os recursos que provirão dos impostos para obras sociais. De acordo com Batelli, a proliferação dos cassinos não deve assustar ninguém porque a iniciativa privada evitará a instalação desses estabelecimentos onde não houver condições de sustentá-los. Para montar um cassino, destaca, é preciso fundamentalmente capital e idoneidade.

Cantores

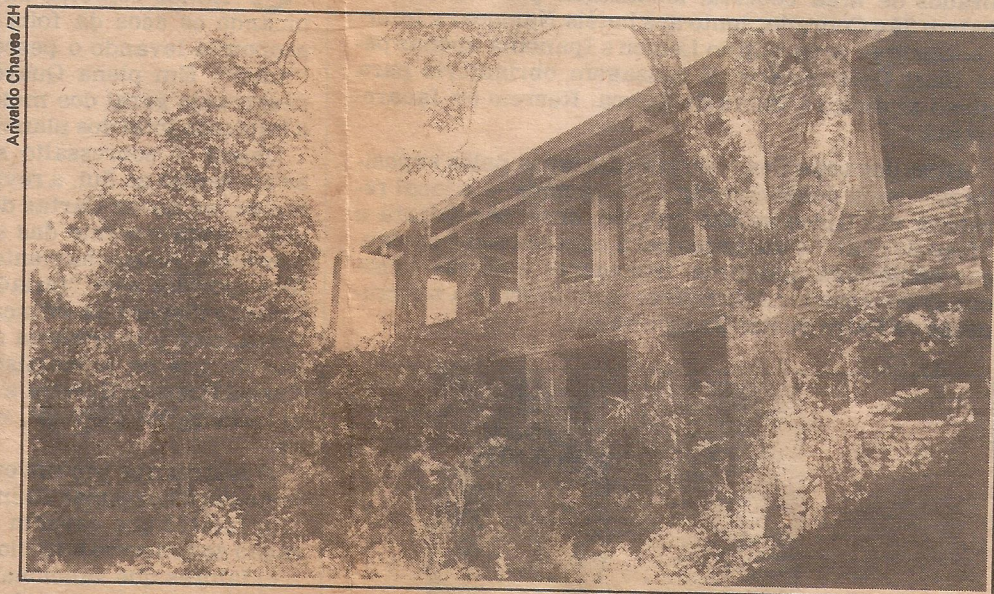
Os primeiros cassinos do Brasil foram criados em 1932 com autorização do então presidente Getúlio Vargas e começaram a se espalhar rapidamente por vários Estados do País sendo que somente no Rio de Janeiro chegou a haver 32 estabelecimentos. Foi durante essa época que muitos artistas até então desconhecidos começaram a se projetar na vida artística

nacional. Grande Otelo, Dick Farney, Orlando Silva, Francisco Alves, Herivelto Martins e Dalva de Oliveira praticamente iniciaram suas carreiras cantando em cassinos.

Depois veio a proibição, mas ele continuou a existir clandestinamente. O governo de Juscelino Kubitschek ainda tentou seu retorno, chegando a enviar uma comissão à Europa para ver seu funcionamento, mas não obteve sucesso. A partir de uma reunião de hoteleiros, em 1980, denominada I Jornada Nacional Pró-legalização dos Cassinos nas Estâncias, no município de Águas de Lindóia, quando foi discutida a problemática da legalização, o jogo voltou aos noticiários. Após, foram realizadas mais quatro jornadas, sempre em cidades turísticas diferentes para tentar sensibilizar as autoridades. Foi quando surgiu a proposta de se criarem os hotéis-cassinos, com toda a infra-estrutura necessária para que, ao mesmo tempo em que tem um lugar onde tentar a sorte, o jogador possa oferecer lazer também à família.



No Brasil, funcionam clandestinamente 52 cassinos



O Cassino Palace Hotel começou a ser construído em 39, em Canela. Nunca foi concluído

Uma saída para a crise: legalizar o jogo

Março e abril poderão ser os meses-chave para a legalização do jogo em cassinos no Brasil. A luta que vem sendo levada desde 1981, com a criação do Comitê Nacional Pró-legalização dos Cassinos no Brasil, está ganhando a cada dia mais força. "Agora chega", declara o delegado regional do Comitê no Rio Grande do Sul, Antonio Carlos da Silva Pinto. "Vamos abrir as baterias e mostrar que o jogo, se bem utilizado, pode amenizar muitos problemas que o Brasil enfrenta hoje".

O presidente nacional do Comitê, advogado Ciro Batelli, já anunciou que durante o mês de março, com o retorno de todos os deputados e senadores a Brasília, começam a ser feitos os contatos oficiais para colher as 25 assinaturas, quantidade mínima exigida para que o projeto modificando a atual Constituição que proíbe o jogo, comece a passar pelas comissões do Congresso Nacional. E, no mês de abril, o mesmo projeto será encaminhado ao Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna.

Aqui, no Rio Grande do Sul, são dois os municípios que se mobilizam com grande intensidade nesse sentido: Capão da Canoa e Canela. Por enquanto, o trabalho vem sendo feito apenas ao nível de contatos com prefeitos e parlamentares para mostrar que a luta existe. Mas, assim que for deflagrada a campanha nacional, garante Antonio Carlos

Pinto, começaremos o trabalho através das delegacias de Turismo, junto aos deputados e senadores gaúchos, para que eles se posicionem favoravelmente à legalização dos cassinos.

Educação e Previdência

Uma das saídas para a difícil situação econômica por que passa o País, garante o delegado regional do Comitê, pode ser a oficialização do jogo. Ele sugere que os tributos competentes à União sejam divididos entre a educação e a previdência que são duas áreas com poucos recursos e atingem fundamentalmente os setores mais pobres da população. Também no que se refere à diminuição do desemprego o jogo seria benéfico, já que abriria mercado para milhares de pessoas, desde o setor da construção civil até nas gerências dos hotéis que seriam construídos.

E, para que o dinheiro arrecadado fique no País, assegura Antonio Carlos Pinto, "é que no projeto, que já está em fase final de elaboração, pedimos que a carta-patente para a instalação dos hotéis seja dada somente para brasileiros natos. Com isso, impedimos que os pools estrangeiros consigam dinheiro fácil no Brasil. Queremos incentivar fundamentalmente o empresariado nacional".